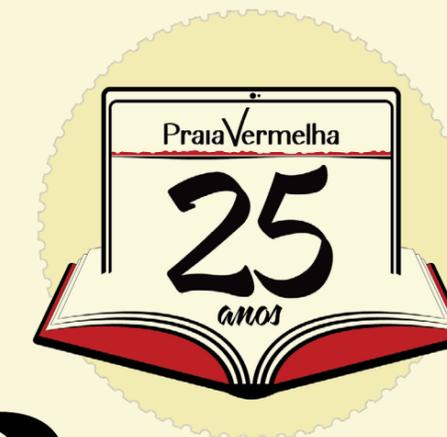


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Saúde da população negra em tempos de pandemia

v.32 n.2

Jul-Dez/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC v.32 n.2

Rachel Gouveia Passos UFRJ

Jadir Anunciação de Brito UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Bruno Kelly / Reuters (via outraspalavras.net)

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

TEMAS LIVRES ARTIGOS 289 **Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil**

Antonio Carlos Oliveira & Thamires da Silva Ribeiro

314 **Gênero, Feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos** *Rita de Cássia Santos Freitas, Carla Cristina Lima de Almeida & Ana Lole*

332 **Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes** *Josimara Aparecida Delgado Baour, Márcia Santana Tavares & Caroline Ramos do Carmo*

DOSSIÊ EDITORIAL 356 **Saúde da população negra em tempos de pandemia**

Rachel Gouveia Passos & Jadir Anunciação de Brito

DOSSIÊ ENTREVISTA 360 **Roberta Gondim** *por Rachel Gouveia Passos et alia*

DOSSIÊ ARTIGOS 378 **Os Condenados da Covid: Entre velhas e novas iniquidades**

Deivi Ferreira da Silva Matos, Daniel de Souza Campos & Ludmila Fontenele Cavalcanti

403 **Sufrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19** *Clara Barbosa de Oliveira Santos, Débora Cristina Lopes Santos & Marina Monteiro de Castro e Castro*

423 **Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades** *Paola Cordeiro Pessanha Campos et alia*

441 **Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça** *Cristiane Cordeiro da Silva Delfino*

465 **População negra, prisão e pandemia: racismo como fator de risco à saúde** *Giovanna Canêo & Adeildo Vila Nova Silva*

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA 491 **Saúde da População Negra: aquilombamento necessário no Rio de Janeiro** *Verônica Caé da Silva Moura et alia*

510 **Estratégias coletivas de enfrentamento à Covid baseadas nas práticas tradicionais de cuidado** *Luana Azevedo et alia*

521 **Saúde e resistência nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense** *Lucilene da Rosa Pereira*

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Sufrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19

Sufrimento psíquico
Racismo
Determinação Social da Saúde
Pandemia

Este artigo evidencia a indissociabilidade entre processo saúde-doença e estrutura social. Realiza-se uma revisão bibliográfica de produções vinculadas à perspectiva marxista, tomando a formação sócio-histórica brasileira, consolidada na opressão racial dos negros; a escassa sistematização científica sobre sofrimento psíquico e racismo, destacando que as manifestações deste sofrimento fatalizam subjetivamente a população negra, problemática agravada com o contexto pandêmico. Demarcamos a urgência de um aprofundamento dos estudos neste tema, ressaltando que a resolutividade desta questão é parte constituinte da luta contra a exploração e opressão, rumo à construção do socialismo.

Clara Barbosa de Oliveira Santos

Assistente social, mestre em Educação Profissional em Saúde FIOCRUZ.

clarab.santos7@gmail.com

Débora Cristina Lopes Santos

Assistente social, mestranda em Serviço Social UFJF.

deboracristinalopessantos@gmail.com

Marina Monteiro de Castro e Castro

Professora adjunta do Serviço Social UFJF, doutora em Serviço Social UFRJ.

marinamcastro@gmail.com

Psychic suffering of the Brazilian black population and impacts of the covid pandemic

This article highlights the inseparability between the health-disease process and social structure. A bibliographical review of productions bounded by the marxist perspective is carried out, considering the brazilian socio-historical formation, built in the racial oppression of black people; the lack of scientific systematization of mental suffering and racism, emphasizing the manifestations of this suffering fatalize subjectively black population, a issue that is deepened by the pandemic context. We point out the urgency of furthering studies on this topic, highlighting that the resolution of this matter is a crucial part of the struggle against exploitation and oppression, towards socialism.

Mental Suffering

Racism

Social Determination of Health

Pandemic





Introdução

Neste artigo, objetivamos destacar a indissociabilidade do processo saúde-doença da estrutura social na qual estamos inseridos, uma vez que essa, consubstanciada à nossa posição de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, caracteriza a forma como expressamos nosso sofrimento (COSTA; MENDES, 2020). Partimos da compreensão que a sociedade não é um determinante “a mais” que “pode” influenciar a saúde, conforme as instituições de saúde burguesas colocam (a exemplo da Organização Mundial de Saúde – OMS), mas é um elemento fundante na conformação da saúde e do sofrimento dos diversos sujeitos. Por isso, reivindicamos a concepção de Laurell (1982) de “determinação social do processo saúde-doença”, que vai na contracorrente da noção dos “determinantes sociais”, fortemente utilizada na área da saúde.

Dando enfoque ao fenômeno do sofrimento psíquico e a relação que esse estabelece com o racismo, visamos demonstrar os impactos desta forma de opressão nas variadas expressões do sofrimento psíquico nesta população. Por ser estrutural e estruturante das relações sociais travadas pelos e entre os sujeitos, Almeida (2018) destaca que o racismo se encontra arraigado na economia, na história, na política, na cultura, nas instituições e, conseqüentemente, na formulação e implementação das políticas públicas. Acrescentamos: o racismo forja subjetividades, trazendo particularidades no modo de sofrer e na conformação singular de suas manifestações.

Segundo Morosini *et al.* (2020), a crise social, política e econômica que vivenciamos na atualidade já estava em curso e é incrementada em suas dimensões por uma crise sanitária de caráter pandêmico, caracterizando-se, deste modo, como uma crise socio sanitária. Essa envolveu medidas de isolamento social e orientações de prevenção; higienização das mãos com água e sabão e/ou álcool a 70%; uso correto de máscaras; o distanciamento social etc.; que não se realizaram efetivamente para milhares de famílias brasileiras, devido às suas condições habitacionais, educacionais e de renda, famílias essas em sua maioria negras (SILVA, 2020).

Para aprofundamento dos elementos apontados acima, este artigo parte de uma revisão bibliográfica, tomando produções

Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





acadêmicas cujo debate teórico do racismo e do sofrimento psíquico baliza-se no materialismo histórico dialético, como Laurell (1982), Almeida (2018), Elpidio (2020) e Costa e Mendes (2020). O texto corrente está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico – intitulado “O racismo como elemento estruturante da formação sócio-histórica brasileira” –, trazemos, de maneira breve, sobre a formação sócio-histórica do Brasil e a maneira como o racismo determinou/determina as relações sociais, econômicas e políticas no país. No segundo tópico – intitulado “Racismo e sofrimento psíquico no neoliberalismo e em contexto pandêmico: uma fatalização subjetiva” – problematizamos, dialogando com outras pesquisas e dados, sobre o modo de existência neoliberal do capitalismo, suas consequências na configuração das políticas sociais e no aprofundamento do fenômeno do sofrimento psíquico na classe trabalhadora, potencializado na população negra, especialmente no contexto pandêmico.

O racismo como elemento estruturante da formação sócio-histórica brasileira

O Brasil foi construído e forjado, por quase quatrocentos anos, pela exploração de mão de obra escrava negra, sujeitos – ou melhor, para o colonizador, “coisas sem alma” – trazidos forçosamente do continente africano nos navios negreiros para as Américas, sob péssimas condições de transporte; separados das suas famílias; vendidos e trocados como mercadorias em feiras; submetidos a trabalhos desumanos e violações de seus corpos e mentes.

Autores da tradição marxista, como Fernandes (2008), Moura (1988) e Ianni (1987), ao elaborarem sobre a relação inseparável entre raça e classe na história brasileira, apontam que o nascedouro do país já se constitui capitalista, sendo sua formação socioeconômica parte funcional na totalidade do modo de produção capitalista: colonizado, periférico e subordinado ao imperialismo, organizado para atender aos interesses dos países centrais, garantindo a valorização do valor, a acumulação permanente de lucro e a manutenção do sociometabolismo autofágico e antropofágico do capital (MÉSZÁROS, 2002). Por isso, Moura (1994, p. 1) afirma que “ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação”.

Sufrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



Almeida (2018), em contribuição aos escritos de Moura (1994), apresenta a dominação como uma característica importante do racismo que, no bojo das circunstâncias escravagistas, fortalece uma noção universal de homem – baseada no eurocentrismo e na branquitude –, delimitando um espaço de subjugação não só das Américas Central e Latina, mas dos continentes africanos e asiáticos. Tal concepção foi justificada e sofisticada com o darwinismo social. Bolsanello (1996, p. 156) ressalta, ao tratar da questão racial no Brasil, o contexto em que as influências dos ideais do darwinismo social e eugenistas se solidificam:

O negro entrou no Brasil a partir de 1532, na condição de escravo, sem que nenhuma voz tenha se levantado em seu favor e sem obter nenhuma proteção, tornando-se um verdadeiro “pária social”. As ordens religiosas, zelosas na defesa dos índios, logo aceitaram, promoveram e usufruíam da escravidão africana, não se importando com a formação moral e intelectual do negro e sua preparação para a sociedade em que à força foi colocado. Inclusive, o estatuto jurídico e social do escravo foi baseado no direito romano, em que o escravo é objeto do dono, que dele pode fazer o que desejar (Prado Junior, 1994). A utilização universal do escravo nas várias atividades da vida econômica e social influiu sobre o conceito de trabalho, tornando-o uma ocupação pejorativa e desabonadora. [...] Verificou-se então um vácuo imenso entre os extremos da escala social: de um lado os senhores e do outro lado os escravos. E entre estes dois extremos comprimiu-se um número crescente de pessoas, formado sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugidos e índios: indivíduos com ocupações mais ou menos incertas e aleatórias. Foram considerados os “socialmente indefinidos”. Eram os caboclos, os quilombolas, agregados, vadios. Uma população que vivia mais ou menos à margem social, devido à carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia.

A partir do fim institucionalizado da escravidão, a população negra não só foi deixada “à mingua”, marginalizada da sociedade brasileira e sem condições de produzir e reproduzir seu modo de vida de forma digna – elemento esse que leva alguns pesquisadores a nomearem a Lei Áurea de “falsa abolição” (SILVA, 2016) –, como também era considerada a razão do atraso nacional na divisão internacional do capital. Sendo assim, foi violentamente substituída por imigrantes italianos e alemães¹, a partir das

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



políticas de branqueamento, impulsionadas pelo Estado Brasileiro, com finalidade de embranquecer, o mais rapidamente possível – em outras palavras, extinguir – uma população enegrecida (IANNI, 1987; MOURA, 1988; STEPAN, 2005; FORMIGA *et al.*, 2019). As políticas de branqueamento, mesmo não sendo instituídas nomeadamente desta maneira, têm sua lógica reafirmada no desenho das atuais políticas sociais brasileiras, como um mecanismo racista instrumentalizado e legitimado, organizando os interesses das burguesias nacional e internacional a partir da subalternidade deste setor oprimido (bem como outros, a exemplificar: as mulheres e a população LGBT). Até a atualidade, essa cultura racista rebate gravemente na vida e na saúde dos negros e negras neste país (WERNECK, 2016).

Dando enfoque ao campo da saúde, Werneck (2016) traz, no que tange à agenda da gestão pública, que o debate acerca do racismo foi vinculado à saúde após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, em 1995. Foi essa marcha que provocou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, que reuniu militantes, pesquisadores e representantes do governo para formulação de propostas e ações envolvendo a saúde da população negra no Brasil. A autora aponta que os debates desse GTI foram levados para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, em 2001 (convocada pela Organização das Nações Unidas – ONU), onde foi elaborado o documento “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade”, que se propôs a dar atenção a doenças e agravos mais frequentes na população negra.

Werneck (2016) acrescenta que, somente em 2006, após a conquista de uma vaga destinada ao Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde, foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que só veio a ser implementada em 2009, através da Portaria n.º 992. A autora defende que um importante ganho dessa política foi apontar o racismo e a discriminação racial como opressões que podem levar ao sofrimento e à morte precoce de homens e mulheres negras.

Nesse sentido, é possível observar que a dominação e exploração racial, histórica no Brasil, não teve fim por decreto imperial, uma vez que o racismo está associado à lógica do capital, sendo

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





possível, mesmo com a formalidade instituída da “falsa abolição”, apontarmos as consequências dos resquícios do passado escravagista ao observarmos os lugares ocupados pela população negra no mercado de trabalho, no território, seu local e condições de moradia, seu acesso a bens e serviços públicos e privados, incluindo educação, saúde e lazer, ou seja, *os mínimos necessários* para reprodução social.

Para exemplificar, problematizemos alguns dados: acerca das condições de moradia da população negra, conforme Silva (2020), tomando pesquisas do IBGE, existem 5.127.747 domicílios do tipo “aglomerado subnormal”² no país. A autora salienta que, para além da favela não surgir como uma *escolha* habitacional para os sujeitos que vivem nela, mas sim como única possibilidade de inserção nas cidades para estes segmentos por conta do descaso proposital do Estado, acrescenta que a favela é sinônimo de resistência, tendo surgido enquanto um fenômeno social a partir da “abolição”. No entanto, apesar de simbolizar uma luta do povo negro, também revela a profundidade das disparidades sociais do capitalismo periférico brasileiro.

Menegat (2012) concorda com Silva (2020) em relação às desigualdades sociais expressadas pela favelização, apresentando a estratégia de espacialização na dinâmica de classes, que “faz parte, portanto, de uma economia básica de distribuição dos espaços que implica na construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade” (MENEGAT, 2012, n.p). Assim, demarca-se um território destinado às elites da sociedade (burguesia e suas frações), e outro destinado às classes subalternizadas (classe trabalhadora e suas frações).

Uma característica presente nos aglomerados subnormais, além da raça/cor dos sujeitos que ocupam estes territórios e da classe social a qual pertencem (trabalhadores(as) negros(as), em sua maioria), é a ausência dos serviços – na realidade, a carência e precarização exacerbada desses –, dado que, destaca Santos *et al.* (2020), em certa medida, estes serviços até são implementados no território das favelas, no entanto, são precários, seletivos, excludentes e de baixa qualidade (SILVA, 2020; SANTOS *et al.*, 2020). Segundo Santos *et al.* (2020, p. 123):

Assim, as escolas públicas, apesar de presentes nas favelas, em sua maioria, são de baixa qualidade – sem educação em tempo integral,

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





com poucos recursos e possibilidades, cumprindo mais a formalidade do que o projeto de uma educação que ensine a ler o mundo. O mesmo ocorre com postos de saúde, vilas olímpicas, equipamentos culturais e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); ou seja, *parcos recursos para grandes demandas*. Portanto, é importante rebater o discurso de que o Estado está ausente das favelas – muito presente na literatura da área e na forma como a grande mídia e parte dos intelectuais compreendem a ação do Estado nesses territórios. *Afirmamos o contrário, o Estado está presente, porém com uma ação direcionada para uma inclusão excludente através do acesso a serviços e direitos de baixa qualidade* (grifos nossos).

O cenário de insegurança e incerteza generalizadas, aprofundado com a pandemia da Covid-19, também evidenciou a conexão intrínseca entre racismo e capitalismo: o novo coronavírus chegou no Brasil via frações da classe média/alta, entretanto, a primeira morte foi da periferia: Rosana Urbano, 57 anos, trabalhadora doméstica e negra (WATANABE, 2021). A pandemia é o pano de fundo para a agudização de uma crise do capital anteriormente já posta, caracterizada por Morosini *et al.* (2020) como uma crise sociossanitária, e por Gouvêa (2020) como uma crise estrutural sistêmica com um determinante sanitário:

[...] Mesmo considerando que a dimensão disruptiva da crise já em curso se alterou qualitativamente com a emergência da pandemia [...] é imprescindível lembrar que a própria COVID-19 não é um “agente externo” e que não existiria e/ou não teria as mesmas consequências fora do sistema capitalista (GOUVÊA, 2020, p. 21, grifos do autor).

Racismo e sofrimento psíquico no neoliberalismo e em contexto pandêmico: uma fatalização subjetiva

A ofensiva neoliberal das últimas décadas e sua concretização configura-se como um processo complexo e dinâmico de precarização constante, organizado e engendrado pelo Estado. Até mesmo ao tomarmos o referencial teórico marxista, há uma dificuldade de caracterizar o neoliberalismo de forma a não o tornar apenas “um conjunto de ideias; um conjunto de políticas, instituições e práticas; um momento da luta de classes, e um sistema de acumulação” (SAAD FILHO, 2015, p. 58). Por isso, Saad Filho (2015, p. 59) nos contempla ao colocar o neoliberalismo como uma “estrutura material de reprodução econômica, social

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



e política”, sendo o neoliberalismo “[...] o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação.”, tratando-o como um *processo* de expansão da racionalidade econômica, distinto das formas anteriores utilizadas pela ordem do capital, uma vez que expande a razão mercadológica para a totalidade dos âmbitos da vida humana.

Se considerarmos as consequências de como este modo de existência do capital atinge o cotidiano da classe trabalhadora e o acesso/efetivação das políticas sociais direcionadas ao atendimento de suas necessidades, consegue-se ter uma dimensão, mínima que seja, da contrarreforma estatal levada a cabo, bem como o retrocesso das conquistas dos direitos sociais, fruto de lutas históricas dos trabalhadores:

As políticas públicas, como possibilidades históricas de reconhecimento das conquistas sociais expressas na forma de direitos sociais, têm na ação do Estado uma condição fundamental de sua garantia e na dinâmica da sociedade civil um campo de manifestação de interesses e de constituição de processos políticos de controle social fundamentais. Na medida em que o reordenamento posto em marcha com a contrarreforma do Estado e o avanço do ideário neoliberal conformam novas práticas e valores gerenciais, alicerçados no esvaziamento do significado do que é público de fato, as políticas públicas são ameaçadas nas suas funções sociais em relação à consolidação da cidadania, pois passam a ser submetidas a uma racionalidade mercantil, que retira dos serviços sociais sua dimensão de direito (ALMEIDA; ALENCAR, 2015, p. 166).

Devido à diretriz política negacionista e genocida do Governo Federal, presidido por Jair Bolsonaro, juntamente às inconsistências dos seus ministros da Saúde, medidas de isolamento social foram implementadas tardiamente. No entanto, muitos autores já apontaram que o isolamento social – especialmente o vertical³, defendido pelo Poder Executivo –, sem um efetivo acompanhamento e a garantia de direitos sociais (como, por exemplo, o direito à segurança alimentar)⁴, tem, na realidade, estampado um verdadeiro genocídio, escolhendo-se aqueles cuja vida importa e quem pode morrer (ELPIDIO, 2020).

A exploração levada a cabo pela ordem do capital, somada às opressões, produz sofrimento – dentre eles, o de ordem psíquica –, e subjuga os corpos e mentes de homens e mulheres

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



(GOMES, 2017), tendo requintes consideravelmente profundos na população, sendo potencializada neste contexto pandêmico. Uma ilustração disso é a pesquisa realizada por Batista *et al.* (2020), evidenciando a relação direta do racismo com as mortes em decorrência da Covid-19. Numa pesquisa feita com 5550 municípios do Brasil, no momento inicial da pandemia, a maneira como essa atingiu a população deu-se de forma distinta, e os autores justificaram este impacto à desigualdade social, à distribuição geográfica dos serviços de saúde e às diferenças etárias, verificando-se uma proporção de óbitos discrepantes, variando de acordo com raça/etnia, idade e escolaridade dos sujeitos: “As chances de mortes de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%), confirmando as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil” (BATISTA *et al.*, 2020, p. 11).

Outro elemento agudizado pela pandemia foi apresentado no Atlas da Violência de 2019, em que se demonstra a ocorrência de um verdadeiro extermínio da população negra brasileira (especialmente de homens jovens negros) e, o que se apresenta, segundo Elpidio (2020, p. 843), é a “continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil [...]”. A autora ainda ressalta que tal processo configura uma real banalização de vidas humanas em nome da valorização ampliada de lucros do capital, organizada pela lógica neoliberal e por um governo adepto a ela – adicionamos: governo esse que se posiciona como abertamente antidemocrático (SOLANO, 2018), sendo tratado por Pires (2020) como um “protofascismo tropical”.

Somado a isso, a proliferação do ódio à classe, das discriminações, preconceitos e estigmas que marcam a particularidade sócio-histórica brasileira (ELPIDIO, 2020), como a intolerância religiosa (especialmente às religiões de matrizes africanas), machismo e sexismo, LGBTfobia, possuem forte apelo no governo Bolsonaro que, além de incentivar a violência contra setores oprimidos, dissemina discursos respaldados no negacionismo científico, com exemplo mais recente na atitude do presidente em relação à pandemia, estimulando a desinformação no país e retardando, até o momento da escrita deste artigo, as ações de combate à Covid-19.

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





Assim como Morosini *et al.* (2020) e Gouvêa (2020), Elpidio (2020) trata a pandemia de Covid-19 como a maior crise sanitária da história recente e que serviu para escancarar e, conseqüentemente agudizar, as desigualdades sociais já existentes. Diante disso, a autora concorda que a pandemia da Covid-19 “[...] não escolhe a quem acometer, mas é traiçoeira em sua proliferação e letalidade” (ELPIDIO, 2020, p. 844). Entendemos, assim, que a Covid-19 não é a causa de todos os males socioeconômicos e políticos, mas se soma a uma crise sistêmica já em curso – a crise do modo de produção capitalista –, modelo esse que cada vez mais apresenta seu esgotamento e suas facetas barbáricas. Menegat (2012, n.p) contribui a este respeito quando aponta que:

Portanto, a barbárie parece ser, de fato, a demonstração da impossibilidade da humanidade continuar se desenvolvendo dentro das formas burguesas da vida social, uma vez que a riqueza acumulada pela espécie é excessiva para ser limitada e barrada pelo horizonte histórico das estruturas e instituições dessa sociedade, determinada pela acumulação de capital e sua apropriação privada. Na medida em que as formas de produção e a vida institucional da sociedade burguesa não podem mais determinar com precisão o conteúdo social desta, isto é, precisamente, aquilo que comumente chamamos de caráter civilizatório, já que este lhe ultrapassou, transbordando, tal sociedade passa a conviver com um inusitado fenômeno de enterrar cadáveres e esconder horrores, cuja razão de sua existência ignora olímpicamente, mas desconfia que a sua sobrevivência depende da continuidade da produção destes cadáveres e horrores.

Em suma, no Brasil, o novo coronavírus encontra um cenário já dilapidado para a materialização de políticas sociais universais, integrais e de qualidade, dada a Emenda Constitucional 95/2016, que congela o teto de gastos da União, limitando os investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social (LARA, 2020), por um período de 20 anos.

Este panorama apresentado até aqui é essencial para entendermos não só como o modo de produção capitalista em seu estágio de crise atinge tanto a configuração destas políticas – agora, ainda mais afetadas com a pandemia –, mas também como irá determinar o cotidiano vivenciado pelos sujeitos, que

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





não se constituem em meio a um vazio histórico: são seres humanos concretos e singulares, advindos de uma classe social, possuindo raça, gênero, sexualidade e trajetórias diversas, e cuja subjetividade e saúde mental são construídas e desenvolvidas nas relações travadas no interior do modo de produção social em que vivem.

É importante, neste momento, pontuar o que compreendemos por saúde e saúde mental, nos posicionando contrariamente à definição apresentada pela OMS (1946; 2019), que, além de estabelecer uma separação cartesiana entre ambas (saúde x saúde mental; dimensão física x dimensão psíquica), trata-as como um conjunto de *fatores* biopsicossociais, em que a sociedade é *mais um* dentre vários *determinantes*, sendo totalmente diferente da defesa e do entendimento daquilo que seria/é a determinação social da saúde (LAURELL, 1982). Assim, recorreremos à Asa Laurell (1982) – médica mexicana vinculada ao movimento da medicina social latino-americana –, e a Martín-Baró (2017) – psicólogo e militante revolucionário salvadorenho –, que consideram a saúde e saúde mental como componentes totalmente vinculados à realidade social.

Segundo Martín-Baró (2017), a saúde mental não deve ser refletida como “movimento de dentro para fora, mas de fora para dentro; não como encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 257). Percebe-se uma relação deste conceito apresentado com a conclusão de Laurell (1982) acerca do caráter sócio-histórico do processo saúde-doença:

Surge, imediatamente, uma pergunta: por que o processo saúde-doença tem caráter social, se é definido pelos processos biológicos do grupo? Pensamos que seja assim por duas razões parcialmente coincidentes. Por um lado, o processo saúde-doença do grupo adquire historicidade porque está socialmente determinado. Isto é, para explica-lo, não bastam os fatores biológicos, é necessário esclarecer como está articulado no processo social. Mas o caráter social do processo saúde-doença não se esgota em sua determinação social, já que o próprio processo biológico humano é social. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico. Isso se expressa, por exemplo, no

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





fato de que não é possível determinar qual é a duração normal do ciclo vital, por ser ele diverso em diferentes épocas. Isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza. Se desta maneira a “normalidade” biológica define-se em função do social, também a “anormalidade” o faz [...]. O caráter simultaneamente social e biológico do processo saúde-doença não é contraditório, porém unicamente assinala que pode ser analisado com metodologia social e biológica, na realidade, como um processo único (LAURELL, 1982, p. 12).

Em acréscimo a isso, Costa e Mendes (2020, p. 211) dissertam:

Ao desconsiderar tal conteúdo e substância de produção da vida – e da saúde – em nossa sociabilidade, a ideologia dos DSS [determinantes sociais da saúde] acaba por focalizar nas expressões fenomênicas aparentes, entendendo-as como questões em si, apartadas umas das outras e que, no máximo, se correlacionam, associam. Com isso, acabam por descaracterizar o movimento do real como síntese dialética de contradições, e, nele, a primazia ontológica da totalidade sobre as partes – por mais que essas também venham a ter certa autonomia de desenvolvimento. Por fim, contribuem para a reificação dessa sociabilidade e da saúde nos seus marcos e limites (colchetes nossos).

Desta forma, a saúde mental é a forma como os sujeitos, em seu processo de subjetivação, demarcado e determinado por seu fazer histórico e condições de vida, apreendem a concretude da vida numa sociedade. Ao estudarmos a saúde mental da população negra, um ponto que Smolen e Araújo (2017, p. 4022) colocam é que, além de haver uma maior prevalência de quadros de sofrimento psíquico neste segmento, a causalidade disso relaciona-se com o “estresse”, subdividindo-o da seguinte maneira: “1) estresse ligado à estrutura social, status social, e papéis sociais, i.e. o estresse causado pelo fato de que raça é um determinante de posição socioeconômica; 2) o estresse ligado às experiências de discriminação e racismo” (WILLIAMS *et al.*, 1997 *apud* SMOLEN & ARAÚJO, 2017, p. 4022). Nestes casos, o estresse não seria apenas uma reação comum biológica às adversidades do meio, e sim uma resposta que denuncia o caráter alienante e estranhado das relações sociais capitalistas (COSTA; MENDES, 2020).

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro





As autoras apontam também para uma parca produção teórica a respeito desta relação, especialmente “porque os pesquisadores não incluem questões sobre raça/cor nos instrumentos de pesquisa” (SMOLEN; ARAÚJO, 2017, p. 4022). Esta escassez de estudos, cabe demarcar, não só indica a dificuldade de compreensão, por parte dos profissionais da saúde e acadêmicos em geral, das opressões como partes estruturantes do capitalismo, como salienta o imbricamento do racismo na produção de conhecimento científico, que não é neutro e impassível de reproduzir a lógica vigente, bem como isso também é reafirmado no processo de trabalho na política de saúde.

Trazemos, ainda, outros dados expostos pelas autoras e outros pesquisadores: Segundo Bonadiman *et al.* (2017), apresenta-se um aumento mundial significativo na prevalência do sofrimento psíquico, com o Brasil tendenciando para este crescimento – partindo dos dados apresentados pela OMS, o Brasil é o país latino-americano com maior número de quadros de depressão (WHO, 2018). De acordo com a OMS, em 2015, 322 milhões de pessoas no mundo estavam convivendo com um quadro depressivo. No Brasil, 5,8% da população passava pelo mesmo sofrimento, o que corresponde a 11,5 milhões de brasileiros (WHO, 2015). Estabelecendo um comparativo entre população branca e não branca, acerca dos quadros de sofrimento psíquico, os dados encontrados foram que 52,8% das mulheres negras apresentaram sintomas depressivos, entre mulheres brancas isso cai para 42,3%. Em idosos, esta prevalência também foi superior em não brancos que em brancos, de 46,5% e 37,8%, respectivamente (SMOLEN; ARAÚJO, 2017). Considerando os índices de autoextermínio, esse se caracteriza como a segunda maior causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018), sendo que o suicídio de jovens negros(as) com até 29 anos, entre os anos de 2012 e 2016, aumentou em 12% no país, 45% maior que o da população branca. Com a pandemia, conforme o Boletim Epidemiológico 16 do Ministério da Saúde, de maio de 2018, negros(as) e pardos(as) somavam 54,8% das mortes por Covid-19 no país, já os brancos(as) eram a maioria dos internados (51,4%), mas apresentavam menor índice de morte: 43,1% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018 *apud* COSTA; MENDES, 2020, p. 212).

Apesar deste espaço ser restrito para tratarmos da dimensão e problemáticas do fenômeno da medicalização e da

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



patologização de elementos comuns da vida social (GOMES, 2017), e considerando que o contexto da pandemia exacerbou os sentimentos – plenamente justificáveis, diga-se de passagem – de sofrimento, luto e medo, para citarmos apenas alguns, diante do cenário de crise socio sanitária, reiteramos que para se ter um rigor científico e analítico, é necessário pontuar que o caráter social e estrutural da saúde não elimina biológico, mas compreende que este é também determinado pela sociedade e sua organização. Desconhecia-se, por exemplo, o grau de letalidade do novo coronavírus, quando esse emergiu, bem como suas condicionalidades, entretanto, como bem disse Bertolt Brecht (2000), tempos como os nossos nos fazem reforçar o óbvio: as desigualdades sociais, já enormes anteriormente à pandemia e em exponencial crescimento, só aumentaram e deram às mortes por Covid-19 cor, gênero e território, portanto:

[...] podemos conjecturar que as saúdes mais sofridas [...] mesmo que incolores, refletem as cores das carnes mais baratas do mercado; apesar de agêneras e assexuais, espelham a venalidade de uma ideologia de gênero heteronormativa de base patriarcal; e *imbricado a tudo isso, no aclassismo da subjetividade, a classe se faz sofrimento* (COSTA; MENDES, 2020, p. 216, grifos nossos).

Considerações Finais

Este trabalho não teve pretensões de esgotar o debate a respeito da relação entre racismo e o sofrimento psíquico, e sim, agregar a ele nossas breves contribuições. Diante do quadro exposto, podemos afirmar que quando falamos em Brasil, a classe trabalhadora foi, desde a sua gênese, conformada na raça, e desmistificar a naturalização do racismo, engendrada pelos segmentos dominantes, assim como reforçar que a superação desta particular forma de opressão só é possível com a transformação sistêmica, é tarefa nossa, enquanto trabalhadores(as).

A experiência do racismo, no cotidiano da vida destes sujeitos, é um elemento primordial para a produção de sofrimento e sua agudização. Como apontamos, é a maneira como a população negra vêm se construindo historicamente e, juntamente a estas condições díspares de vida, o racismo pode tanto aniquilar fisicamente a população negra, quanto pode mantê-la viva,

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro

porém, fatalizada subjetivamente (COSTA; MENDES, 2021), e a pandemia da Covid-19 exacerbou esse processo. Corroboramos com o posicionamento de Elpidio (2020, p. 845), que dialoga com os apontamentos realizados neste espaço, e que sintetiza a nossa tarefa histórica enquanto classe:

O racismo aqui pode ser comparado com um vírus, que pouco ou nada tem de biológico e que por isso não é passível de uma vacina capaz de imunizar a humanidade desse mal, que representa muito mais do que uma doença social. Ele não é somente patológico, é socialmente construído e alimentado nas entranhas e na prática social que hegemonizou o pensamento eurocêntrico, para a manutenção do sistema capitalista e atua nas diversas engrenagens de produção e reprodução da vida social - por isso é estrutural e institucional. Para combater o racismo, não há outra vacina eficaz, senão, derrubar outro grande mal, o capitalismo.

Dessa forma, reiteramos a necessidade de avançar no debate sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico, articulado à luta antirracista, numa perspectiva crítica e radical, e a urgência de construirmos políticas sociais, ações afirmativas, reparadoras, corretivas, de fato, universais e integrais, atrelar este debate à ação política; à luta ampla e aberta contra o sistema capitalista, uma vez que o sofrimento psíquico é perpassado, necessariamente, pela exploração e opressão dos sujeitos. A classe não só se faz sofrimento, como se faz também, na resistência e ofensiva, por isso, nos organizarmos politicamente objetivando a superação desta ordem social desumanizadora e desumanizante, rumo a uma sociedade socialista, sem exploração e opressão é uma tarefa tanto urgente, quanto necessária, especialmente no atual momento histórico.

Referências

- ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. *O Social em Questão*, ano XVIII, n. 34, 2015.
- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro

BATISTA, A.; ANTUNES, B.; FAVERET, G.; PERES, I.; MARCHESI, J.; CUNHA, J. P.; DANTAS, L.; BASTOS, L.; CARRILHO, L.; AGUILAR, S.; BAIÃO, F.; MAÇAIRA, P.; HAMACHER, S.; BOZZA, F. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)*, nota técnica n. 11. p. 1-12, 2020.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo” científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educar em Revista*, p. 153-165, 1996.

BONADIMAN, C. S. C.; PASSOS, V. M. D. A.; MOONEY, M.; NAGHAVI, M.; MELO, A. P. S. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 20, supl. 1, p. 191-204, 2017.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. Seleção e tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

CENTENO, A. “A fome voltou não pela pandemia, mas pelo desmonte do Estado”, afirma presidente do Consea/RS. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 16 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/16/a-fome-voltou-nao-pela-pandemia-mas-pelo-desmonte-do-estado-afirma-presidente-do-consea-rs>>. Acesso em: 13 set. 2022.

COSTA, P. H. A. da.; MENDES, K. T. Pandemia, Questão Social e as implicações à psicologia brasileira. In: LAZZARINI, E. R.; MAESSO, M. C.; COSTA, P. H. A. da.; OLIVEIRA, E. S. de. (org.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. Coleção Psicologia Clínica e Cultura – UnB, v. 5. Curitiba: CRV, 2020. 566 p. p. 207-224.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Saúde Mental em Tempos de Crise e Pandemia: Um Diálogo com Martín-Baró. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 1, p. 217-231, jan./mar. 2021.

ELPIDIO, M. H. O lugar da Negritude nas políticas do Estado Brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. *Vértices*, Campos dos Goytacazes-Rio de Janeiro, v. 22, n. Especial, p. 834-850, 2020.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 5. ed. São Paulo: editora Globo, 2008.

**Sofrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro

FORMIGA, D. O.; PAULA, A. B. R.; MELO, C. A. S. "O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n. 7, p. 75-96. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/142881>>. Acesso em: 20 maio 2021.

GOMES, R. M. *Humanização e Desumanização no trabalho em saúde*. Editora Fiocruz, 2017.

GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al (org.). *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 19-28.

IANNI, O. *Raça e Classes Sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LARA, R. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2020.

LAURELL, A. A saúde-doença como processo social. Tradução: La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, 1982, p. 7-25.

MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* / Ignacio Martín-Baró. Coleção Psicologia Social. Organização, notas e tradução: Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MENEGAT, M. *Estudo sobre ruínas*. Capítulo 3: Guerra Civil no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia Carioca Editora, 2012.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

MOROSINI, M. V. G. C.; CHINELLI, F.; CARNEIRO, C. C. G. Coronavírus e crise socio sanitária: a radicalização da precarização do trabalho no SUS. In: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. (org.). *Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 93-111.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. New York: OMS, 1946.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). “*Mental disorders*”. World Health Organization. 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em: 18 set. 2021.

PIRES, C. “Jair Bolsonaro e o profascismo tropical – Espíritos do Tempo”. *Goethe-Institut Brasilien*. 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/tlk/21772690.html>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SANTOS, F. H. C. dos; FARAGE, E; PINTO, M. P. Questão Social e favela: violência estatal, pandemia e organização da classe trabalhadora. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 3, p. 117-131, set./dez. 2020.

SILVA, L. B. Favela e Covid-19: registros da continuidade. In: SILVA, L. B.; DANTAS, A.V. *Crise e pandemia: quando a exceção é a regra geral*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 57-73.

SILVA, W. H. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: Uma revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise Friedrich Ebert Stiftung*, v. 42, n. 1, p. 1-27, maio 2018.

STEPAN, N. L. “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WATANABE, P. “Há um ano, primeira morte por Covid no Brasil ocorria em um mundo sem máscaras”. *Folha de São Paulo*, 12 mar. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/ha-um-ano-primeira-morte-por-covid-no-brasil-ocorria-em-mundo-sem-mascaras.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Soc. Rio de Janeiro*, v. 25, n. 3, jul./set. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Mental Health Atlas 2017*. Geneva: WHO, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Plan of Action on Mental Health 2015-2020*. Geneva: WHO, 2015.

Notas

1 A chegada dos imigrantes italianos e alemães no Brasil, que fugiam de seus países marcados por um contexto pós-guerra (1ª Guerra Mundial), foi orquestrada e legalizada pela Política de Branqueamento, uma política de cunho racista, formalizada como uma empreitada das elites brasileiras para minimizar – pretendendo extinguir completamente – a população negra que havia sido recentemente liberta pela Lei Áurea (1888). Esta abolição deixou os negros e negras à mingua socialmente, tendo à vista situações de trabalho não muito distantes da condição escravocrata precedente, como apontados por autores críticos (IANNI, 1987; MOURA, 1988). A formação da classe trabalhadora brasileira deu-se por um viés etnocêntrico, marcado por uma hegemonia ideológica da branquitude brasileira: “Elege-se o modelo branco como sendo o trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com a sua mão-de-obra, as necessidades da sociedade brasileira em expansão” (MOURA, 1988, p. 69). ↑

2 Conforme o IBGE, os aglomerados subnormais têm uma nomenclatura variada a depender da região do Brasil, dentre elas: favela, palafita, invasão, grota, comunidade, ressaca, vila e outros (SILVA, 2020). ↑

3 Nesse tipo de isolamento específico, somente os grupos considerados “de risco” ficam em isolamento, por exemplo: idosos, pessoas com comorbidades clínicas, gestantes etc. Ao passo que os grupos não considerados de risco para a doença, continuam circulando comumente, pois no isolamento vertical não há uma interrupção completa das atividades dos serviços, inclusive, dos serviços não essenciais. Dessa forma, as pessoas são obrigadas a continuarem trabalhando, e aqueles que não têm trabalho formal (a grande maioria no Brasil) encontram-se obrigados a arriscarem suas vidas nas ruas, para garantir o alimento na mesa para o dia seguinte. ↑

4 A situação de insegurança alimentar de milhares de brasileiros tornou-se mais um elemento assombroso do atual contexto pandêmico: “O Brasil havia deixado o Mapa da Fome, em 2014, mas vive novamente um cenário alarmante. Cerca de 19 milhões de pessoas passam fome e outras 43 milhões não têm acesso pleno à alimentação, segundo um estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN)” (CENTENO, 2021). ↑

**Sufrimento psíquico
da população negra brasileira
e impactos da pandemia de Covid-19**

Clara Barbosa de Oliveira Santos
Débora Cristina Lopes Santos
Marina Monteiro de Castro e Castro



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em novembro de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).